

Preto & Branco

• Maputo, 03 de Agosto de 2023

• Ano VII, Edição Nº 632

• E-mail: jornalopovo1@gmail.com

• Preço: 39,00 Mt

• Conta Móvel ou M-Pesa: 84 578 473 1

• Registo 03/Gabinfo-dec/2016

• Assinaturas mensais: Individual-300,00 Mt | Institucional -2,500,00 Mt | Embaixada e ONG's -3,500,00 Mt

Nyusi reivindica imunidade ao tribunal de Londres

Pág. 2



Governo pretende contratar mais médicos para contornar os grevistas



Pág. 3

A LUTA CONTINUA

A cada passo diante, novos desafios surgem, mas a determinação não vacila. Há momentos em que a exaustão ameaça se instalar, mas a lembrança daquelas que vieram antes e sacrificaram suas vidas pelo mesmo ideal renova a energia.

Pág. 6

No segundo maior círculo eleitoral do país exige-se eleições distritais em 2024

Pág. 4

ORDER NOW! #MAPUTO CONTACT US Tel: +258 84-839-9912 (Ru)

PLACE YOUR ORDER IN CHINA

UNTIL AUGUST 15TH
ORDERS ACCEPTED UNTIL AUGUST 15TH

1. Orders for this service will be accepted until August 15th. It's important for customers to place their orders before this date to ensure they are included in this remessa.
2. The estimated time for the container to reach its destination is about 45 days, although the exact date is still challenging to determine at this moment. We will inform you as soon as we have a more
3. We offer a shopping service on behalf of the client and provide the original supplier invoice for full transparency. Payments will be divided as follows:
 - Invoice value +15%
 - Freight cost
 - Customs duties and other associated charges.

ENCOMENDE AGORA! #MAPUTO Contacte-nos Tel: +258 84-839-9912 (Ru)

FAÇA SUA ENCOMENDA NA CHINA

ATÉ DIA 15 DE AGOSTO
ENCOMENDAS ACEITES ATÉ 15 DE AGOSTO

1. As encomendas para este serviço serão aceites até o dia 15 de Agosto. É importante que os clientes façam as suas encomendas antes dessa data para garantir que as mesmas sejam incluídas nesta
2. O tempo estimado para o contentor chegar ao destino é de cerca de 45 dias, embora a data exata ainda seja difícil de determinar neste momento. Assim que tivermos uma data mais precisa, informo-
3. Oferecemos um serviço de compras em nome do cliente e apresentamos a fatura original do fornecedor para total transparência. Os pagamentos serão divididos da seguinte forma:
 - Valor da factura +15%
 - Valor de frete
 - Valor dos direitos aduaneiros e outros encargos inerentes.

muthi
Cloud ERP

Faça o Controle Online da Facturação e Gestão de Stock da sua Empresa com **Segurança**.

[in /company/muthierp](#) [f /muthierp](#) [+258 85 584 0054](#)

WWW.MUTHI.CO.MZ

SOFTWARE

GESTÃO COMERCIAL

ONLINE

Nyusi reivindica imunidade ao tribunal de Londres



O Presidente da República, Filipe Nyusi, pediu esta terça-feira ao Tribunal Supremo de Londres que bloqueie as alegações de que ele aceitou pagamentos ilegais no processo do país contra o Credit Suisse e outros sobre o escândalo de dois mil milhões de dólares, o caso “dívidas ocultas”. Segundo a Reuters, o pedido de imunidade de Nyusi é a mais recente reviravolta na longa disputa, centrada em três acordos entre empresas estatais e a Prinvest, ostensivamente para desenvolver a indústria pesqueira de Moçambique e para a segurança marítima. O caso “dívidas ocultas” desencadeou investigações criminais

de Maputo a Nova York, além de uma série de acções judiciais em Londres envolvendo o Credit Suisse, a construtora naval Prinvest, seu proprietário Iskandar Safa e muitos outros. Moçambique quer revogar uma garantia soberana sobre um empréstimo que alega ter sido obtido de forma corrupta e garantir uma compensação por outros supostos delitos. Prinvest e Safa estão a tentar arrastar Filipe Nyusi para o caso, argumentando que ele deve contribuir para quaisquer danos que possam ser condenados a pagar se forem considerados responsáveis perante Moçambique. O seu argumento contra Nyu-

si centra-se em pagamentos de 11 milhões de dólares que dizem que a Prinvest fez em 2014 para financiar a candidatura bem-sucedida de Nyusi à presidência e a campanha eleitoral do seu partido Frelimo, no poder. A Prinvest e a Safa argumentam que se os pagamentos não fossem legais e fossem atribuídos a Moçambique, então Nyusi deve ser responsabilizado. Nyusi, no entanto, diz que tem direito à imunidade como chefe de Estado em exercício. Ele não estava no tribunal na terça-feira, mas o seu advogado, Rodney Dixon, argumentou que “não há diferença legal” entre alguém tentando processar Nyusi em Londres ou o rei Charles da Grã-Bretanha na Austrália. O pedido de imunidade de Nyusi é a mais recente reviravolta na longa disputa, centrada em três acordos entre empresas estatais e a Prinvest, ostensivamente para desenvolver a indústria pesqueira de Moçambique

e para a segurança marítima. Os negócios foram financiados em parte por empréstimos e obrigações do Credit Suisse – desde então assumido pelo UBS UBSG.S – e apoiados por garantias não reveladas do Governo moçambicano. Mas centenas de milhões de dólares desapareceram e, quando as garantias dos empréstimos estatais se tornaram públicas, em 2016, doadores como o Fundo Monetário Internacional suspenderam o apoio, provocando um colapso da moeda, crise da dívida e anos de litígio.

O Governo, para contornar a greve por parte de alguns médicos, como solução paliativa, pretende contratar, provisoriamente, 60 médicos..

Governo pretende contratar mais médicos para contornar os grevistas



O porta-voz da vigésima-sétima sessão do Conselho de Ministros, Filimão Suazi, disse, nesta terça-feira, que se trata de quadros já inscritos na Ordem dos Médicos. Segundo Suazi, os médicos grevistas poderão ser colocados, brevemente, numa situação em que terão de escolher entre continuar a servir o Sistema Nacional de Saúde ou deixar definitivamente os seus postos de trabalho para dar lugar a novas contratações.

Relativamente ao atraso no pagamento de salários na função pública, o porta-voz do Governo garantiu que o problema já foi ultrapassado. Ainda nesta terça-feira, o executivo aprovou entre outras matérias, uma resolução para a instalação de portagens nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula e o decreto sobre a lei cambial, com o objectivo de estabelecer as regras e procedimentos para operações cambiais.



No segundo maior círculo eleitoral do país exige-se eleições distritais em 2024

A maioria dos intervenientes de um evento de reflexão na província da Zambézia, a segunda mais populosa e segundo maior círculo eleitoral do país, defende que as eleições distritais previstas para o próximo ano devem ter lugar, porque além de tratar-se de um imperativo constitucional, vão garantir a legitimidade governativa e uma real representatividade local, além de garantir estabilidade política. As intervenções neste evento, promovido pelo Centro de Integridade Pública (CIP), que contou com a presença de cerca de 60 participantes entre académicos, representantes de partidos políticos, organizações da sociedade civil, estudantes e jornalistas, igual a outros realizados em vários pontos do país, põem em causa a posição assumida pela comissão criada pelo Governo e defendida pela bancada parlamentar da Frelimo, e que procura legitimar o adiamento das eleições



distritais previstas para 2024, já na sessão extraordinária que arranca a 3 do mês corrente, forçando uma alteração da Constituição da República de Moçambique (CRM). Para o docente da Universidade Licungo, Ricardo Raboco, colocar as eleições distritais sob o pretexto de condições financeiras é muito problemático, apontando que “o relatório da CRED [organismo criado pelo Governo para avaliar a viabilidade das eleições distritais] consubstanciou uma burla intelectual, pois, o discurso do relatório foi de condições financeiras e não se pensou nos outros domí-

nios. Mais do que isso, o recurso financeiro e económico deste país advém dos distritos”, assinalou. Adiante, explicou que “temos de pensar na nossa concepção da descentralização: se for como elemento de paz política e distribuição do poder, claramente que alguns que não forem abrangidos vão dizer que não é viável; e, em Moçambique a descentralização tem servido como um factor para alimentar os apetites políticos das forças políticas nacionais. Ora, a descentralização deve ser vista como um factor para garantir a satisfação dos interesses dos governados e com

isso se desenvolver localmente o território. Isto implica olhar para a descentralização numa perspectiva desenvolvimentista. O problema é que estamos a discutir a viabilidade na perspectiva de geração de emprego daqueles que vão ocupar os cargos nesses lugares’, denunciou. Para, a também docente universitária, Silvia Soares, discutir a viabilidade ou não das eleições distritais é extemporâneo, pois, segundo a mesma: “Quando a CRED veio a Quelimane fazer a consulta sobre a viabilidade das eleições distritais nós concluímos que seria extemporâneo discutir a realização ou não das eleições distritais e que a possibilidade de alterar a Constituição poderia comprometer a segurança jurídica. Em Direito defendemos que os acordos devem ser feitos de boa-fé. Se o acordo foi feito de boa-fé deveria evitar-se que, depois de verter o acordo na constituição, propor-se que o mesmo seja alterado. Quem assinou o acordo deveria evitar trazer hoje para debate público algo cuja efectivação não foi alvo de consulta pública”, considerou.

O activista Abraão Macete, da Associação Cidadãos de Moçambique, na sua intervenção referiu que o modelo actual de designação do Administrador, que, conforme publicamente se sabe, é por meio de nomeação torna este Administrador algo ilegítimo perante a população do distrito. Na prática, ao invés deste Administrador realizar o seu trabalho com independência e a olhar para aquilo que são os interesses do seu distrito, este é apenas recipiente das orientações dos seus superiores baseados em Maputo, que pouco sabem das dinâmicas próprias do distrito. Explicando de seguida que, noutra face da moeda, deve-se entender que um Administrador eleito é uma esperança aos moçambicanos para que escolham legitimamente os seus representantes e estes possam responder directamente às populações do distrito. E, em jeito de repto defendeu: “Vamos sim realizar eleições. Desafios sempre vamos ter. Aliás, foi e é assim como todas as nações se constroem: com desafios”, venceu.

“Nós, como povo, queremos eleições distritais” Um estudante de Direito da Universidade Católica de Moçambique(UCM), que se identificou como Virgílio, disse que se formos a violar sistematicamente a Constituição da República, enquanto Lei-Mãe, estaríamos a ferir aquilo que é a sensibilidade do povo e estabilidade das relações sociais. Adiante ajuizou que “a Constituição da República de Moçambique não pode estar vulnerável a alterações para acomodar interesses de um punhado de pessoas. Se a norma foi prescrita, o legislador não partiu do acaso, partiu de um acordo. Sendo assim deve, esse acordo, ser cumprido e de forma tal como eles foram celebrados. Não podemos de cinco em cinco anos, rever um documento tão importante como seja a Constituição da República”, frisou. Na mesma perspectiva de não adiamento das eleições distritais avançou o docente e membro da Assembleia Municipal de Quelimane, Jorge Laweto. “Estou muito desapontado com a possibilidade

de adiamento das eleições distritais em 2024. Isto fere a sensibilidade do povo. As eleições distritais foram previstas em 2018, na Constituição da República. De lá até aqui passaram cerca de cinco anos. O Governo teve tempo suficiente para criar condições para a realização destas eleições, se não o fez foi por negligência”, considerou. De seguida frisou que “estas eleições devem ser realizadas porque permitirão as populações que vivem nos distritos a experimentar os novos modelos de governação descentralizada. Tudo o que está previsto na Lei é fruto dos entendimentos entre o Governo e a liderança da Renamo. Não pode ser hábito do Governo moçambicano violar sistematicamente os acordos”, observou.

Outra intervenção de assinalar foi de Josué Tambora, um município local, que opinou que é preciso municipalizar todos os distritos e que o país não devia ter distritos e municípios. “É um desperdício ter duas estruturas no mesmo território. As eleições custam muito dinheiro. Sobre as eleições distritais propriamente não houve qualquer auscultação. Só houve, na verdade, um arranjo político para se dizer que se ouviu o povo, mas a decisão já tinha sido tomada”, considerou, ajuizando, de seguida, que “nós, como povo, queremos eleições distritais”. Segundo nota do próprio CIP, na reportagem sobre este evento realizado, na quinta-feira transacta, em parceria com a Associação Cidadãos de Moçambique, uma organi-

zação baseada em Quelimane, mas que também tiveram réplicas noutras províncias, ouvindo-se vozes alternativas, as opiniões expressas serão incluídas num relatório do CIP a ser depositado na Assembleia da República (AR), designadamente na primeira e quarta Comissões: a Comissão de Legalidade, Assuntos Constitucionais e Direitos Humanos e a Comissão de Administração Pública e Poder Local, para suportar o debate da sessão extraordinária a ter lugar entre os dias 03 e 07 de Agosto corrente, a qual perspectiva, entre outras matérias, adiar a realização das referidas eleições, como agenda do partido governamental, servindo-se da sua maioria parlamentar.

A LUTA CONTINUA

Por: Luís Munguambe Júnior

A cada passo diante, novos desafios surgem, mas a determinação não vacila. Há momentos em que a exaustão ameaça se instalar,

mas a lembrança daquelas que vieram antes e sacrificaram suas vidas pelo mesmo ideal renova a energia. A luta continua, não porque se baseia apenas na indignação, mas também na esperança

de que um futuro melhor é possível. É uma luta que ressoa em todas as esferas da sociedade, pois cada indivíduo carrega consigo suas próprias batalhas e desafios. No entanto, eu me questiono, será mesmo que se não for feito muito mais do que se tem vindo a fazer

até aqui, o povo não vai sair à rua outra vez para lutar pelos seus direitos? Quem faz mesmo qualquer coisa válida para que o País deixe de caminhar desta forma galopante para o caos incontrolável? O que queremos deste País? Queremos continuar a ouvir discursos enganador para justificar os abusivos gastos com altos carros para os dignitários do estado quando se pode melhorar os sectores de saúde, educação e infraestrutura. Portanto, a necessidade de mais investimento e infraestrutura se faz evidente para garantir o bem-estar da nação. A luta continua, pois em algumas regiões, a paz é interrompida pela sombra do conflito armado. A província de Cabo Delgado já testemunha uma luta entre a esperança pela segurança e o medo da violência. A luta continua, pois

o vendedor ambulante ainda enfrenta barreira que-o impede de prosperar em diferentes negócios. Sua luta por meio de vida digna é constantemente sabotada. É perseguido a cada dia, sua mercadoria é apreendida, seu meio de subsistência confiscado, deixando-o em um meio ciclo interminável de vulnerabilidade e incerteza. A injustiça contra o vendedor ambulante, não se limita apenas aos fiscais, mas também é alimentada por um sistema que marginaliza este sector e ignorar a sua contribuição para a economia nacional. E a corrupção como uma praga que se espalha silenciosamente, mina a confiança do mesmo. A luta continua, pois, os recursos destinados ao povo, parece ter contornos por meio de esquemas ilícitas e a população continua entregue a sorte.

Enquanto anseiamos por mudanças, o sistema ludibria a justiça e impede o progresso almejado. Aqueles que buscam soluções honestas, são frequentemente ignorados ou desencorajados, e a voz do povo, é por vezes sufocada pelo poder. Que a luta continue inspirando-nos a sermos agentes de mudanças, a sermos a voz daqueles que não podem falar, que são abocanhados e ameaçados. Estender a mão para os que precisam de ajuda e a construir pontes em vez de muros. A luta continua, pois, como País e como uma nação, estamos unidos para erradicar essa mancha sombria que assola o povo. Escrevo esta crônica, em nome de todos Moçambicanos, pois ela reflete o sentimento de desamparo que toma conta de todos nós.



Prestação de serviços de:

- Filmagem e fotografia profissional;
- Criação de logotipos;
- Cartões de visita;
- Cartaz;
- Banner;
- criação de banda desenhada e animação;
- Criação de Publicidades;
- Criação e Edição de Projectos Arquitectónicos;

Para + informações:

Contactos:

+258 87 54 43 871

+258 84 64 32 365

mabasso@live.com

Realizados

Ponte-Gés! Av. Correia de
Lisboa



**Anuncie
aqui!**

GAZO



**ORDER
NOW!**

#MAPUTO

CONTACT US Tel: +258 84-839-9912 (Rui)



PLACE YOUR ORDER IN CHINA

UNTIL AUGUST 15TH

ORDERS ACCEPTED UNTIL AUGUST 15TH



1. Orders for this service will be accepted until August 15th. It's important for customers to place their orders before this date to ensure they are included in this remessa.

2. The estimated time for the container to reach its destination is about 45 days, although the exact date is still challenging to determine at this moment. We will inform you as soon as we have a more

3. We offer a shopping service on behalf of the client and provide the original supplier invoice for full transparency. Payments will be divided as follows:

#Invoice value +15%

#Freight cost

#Customs duties and other associated charges.



**ENCOMENDE
AGORA!**

#MAPUTO

Contacte-nos Tel: +258 84-839-9912 (Rui)

FAÇA SUA ENCOMENDA NA CHINA

ATÉ DIA 15 DE AGOSTO**ENCOMENDAS ACEITES ATÉ 15 DE AGOSTO**

- 1.** As encomendas para este serviço serão aceites até o dia 15 de Agosto. É importante que os clientes façam as suas encomendas antes dessa data para garantir que as mesmas sejam incluídas nesta
- 2.** O tempo estimado para o contentor chegar ao destino é de cerca de 45 dias, embora a data exata ainda seja difícil de determinar neste momento. Assim que tivermos uma data mais precisa, infor-
- 3.** Oferecemos um serviço de compras em nome do cliente e apresentamos a fatura original do fornecedor para total transparência. Os pagamentos serão divididos da seguinte forma:

#Valor da factura +15%

#Valor de frete

#Valor dos direitos aduaneiros e outros encargos inerentes.





Esmamb



O SEU
PARCEIRO
IDEAL

**DESEMBARAÇO ADUANEIRO?
CONNOSCO TERÁ A SOLUÇÃO IDEAL!**



DESPACHOS
ADUANEIROS



IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO



TRANSPORTE
DE CARGA



CONTABILIDADE
E AUDITORIA

+258 84 2530160

esmabmoz@gmail.com

Bairro de Infulene 'A' Célula B, N° 53, Q.9

MATOLA



INSCRIÇÕES
ABERTAS
POR TEMPO LIMITADO!

**AULA DE INGLÊS AO
DOMICÍLIO PARA CRIANÇAS
E/OU ADULTOS**

**OFERECEMOS O MATERIAL
DE QUALIDADE PARA
O ESTUDANTE**

- AULAS INTESIVAS -

+258848104880

+258864405508

Email: Zfcisa1994@gmail.com



**Anuncie
aqui!**

FOTO DA SEMANA



Ficha Técnica

Anuncie Aqui

Editor:

Alexandre Mabasso

Colaboradores:

António Maputso

Diaxolino Derré

Oswaldo Magaia

Idrisse Rubane